

## A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO EM O CAPITAL DE KARL MARX

Osmar Martins de Souza<sup>1</sup>

### Resumo

Este texto tem como objetivo discutir a educação na perspectiva da emancipação do trabalho em O Capital de Karl Marx. Para tanto, buscou-se, principalmente, a partir do estudo do Livro I de *O Capital*, abstrair o que se constitui a contribuição de Marx para a formação/educação do trabalhador na atual sociabilidade capitalista. Dessa forma, analisando a relação entre o trabalho e a educação na sociabilidade do capital, procurou-se demonstrar a natureza e a função que educação pode assumir na perspectiva da emancipação do trabalho (dos trabalhadores) no processo de luta para a superação das atuais relações sociais e na construção de uma sociedade realmente emancipada. Desse modo, ao considerá-la na perspectiva da emancipação do trabalho (do proletariado), a atividade educativa pode assumir uma função de propiciar um conhecimento radical da realidade social e transmitir um conhecimento que auxilie a classe trabalhadora no processo de luta contra a sociabilidade do capital e no processo de constituição de uma sociedade verdadeiramente emancipada, fundada no trabalho associado, na qual não haverá mais a sociedade de classes e a dominação do homem pelo homem.

**Palavras-chave:** Trabalho. Educação. Emancipação

## THE EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF THE EMANCIPATION OF WORK IN KARL MARX'S CAPITAL

### Abstract

This text aims to discuss education from the perspective of the emancipation of work in Karl Marx's Capital. To this end, it was sought, mainly, from the study of Book I of Capital, to abstract what constitutes the contribution of Marx to the formation / education of the labor in the current capitalist sociability. This way, by analyzing the relationship between labor and education in the sociability of capital, we sought to demonstrate the nature and function that education can assume from the perspective of the emancipation of labor (proletariat) in the process of struggle to overcome current relations and building a truly emancipated society. Thus, by considering it from the perspective of the emancipation of labor (of the proletariat), educational activity can assume a function of providing a radical knowledge of social reality and transmitting a knowledge that helps the labor class in the process of fighting against the sociability of society capital and in the process of constitution of a truly emancipated society, founded on the associated labor, in which there will no longer be the class society and the domination of man by man.

**Keywords:** Labor. Education. Emancipation

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará e Professor do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – Campo de Campo Mourão – PR. E-mail: prof.osmarunespar@gmail.com

## Introdução

Marx não escreveu um manual em específico sobre a temática da educação, assim como, em sua principal obra, *O Capital*, não elaborou um manual de economia nos cânones das ciências burguesas. Pelo contrário, o autor de *O Capital* realizou uma crítica profunda do padrão de conhecimento burguês, da economia política burguesa<sup>2</sup> e instaurou uma nova forma de análise da realidade social, com o intuito de produzir um conjunto de conhecimentos que se contrapusesse ao burguês e que servisse de instrumento para a classe trabalhadora modificar radicalmente a sociedade capitalista e para construir uma nova sociabilidade, a sociabilidade emancipada. Nessa linha de compreensão, Ivo Tonet, afirma:

[...] **Marx lança os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de mundo e, conseqüentemente, também de fazer ciência e filosofia.** Estamos, obviamente, nos referindo à compreensão da realidade social e não da natureza, embora esse novo padrão científico também tenha repercussões na elaboração do conhecimento da natureza. [...] Marx não é um clássico da sociologia, da economia, da ciência política, da filosofia ou da história. Clássicos dessas ciências são Comte, Durkheim, Webber, Adam Smith, Ricardo, Maquiavel, Vico, etc. **Marx é o instaurador de um padrão radicalmente novo de conhecimento** (TONET, 2013, p. 69, grifos nossos).

Marx ao se defrontar com a tradição burguesa hegemônica em seu momento histórico, a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (LENIN, 2006, p. 66), não desconsidera os seus avanços, mas não lhe poupava uma crítica radical, que o propiciou elaborar uma nova concepção de mundo e de ciência, opondo-se profundamente à perspectiva burguesa. Segundo Mészáros, a crítica marxiana não deve ser entendida de forma simplista, como mera negação ou rejeição, mas em seu sentido dialético de “*superação preservadora*” e de “*preservação superadora*” MÉSZÁROS, 2009, p. 220).

Em alguns de seus primeiros textos, como *Para a questão judaica*, de 1843, *A ideologia alemã*, de 1845, *Miséria da filosofia*, de 1847 e o *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx considerou que a classe burguesa tinha desempenhado um papel revolucionário na história, destacando os progressos da sociedade burguesa em relação à sociedade feudal. Entretanto, não deixou de considerar os limites dessa forma de sociabilidade, que se assenta em uma nova forma de exploração do trabalho (trabalho assalariado) e de domínio de uma classe sobre outra, da

---

<sup>2</sup> Todas as principais obras de Marx carregam o título ou subtítulo de “uma crítica da economia política”, começando pelo manuscrito de 1857 – 1858 de *Grundrisse zueiner Kritik der Politischen Economie* [esboços de uma crítica da economia política], publicados postumamente, seguido pelo livro publicado pelo próprio em 1859 sob o título de *Contribuição à crítica da economia política*, e coroado por seu magistral, mesmo que inacabado, *O capital*, obra que leva o subtítulo *crítica da economia política*. Ademais, os extensos volumes de suas *Teorias da mais-valia* também pertencem ao mesmo complexo de investigações. Assim, obviamente, um acerto de contas crítico com a economia política ocupou um lugar central na obra de Marx (MÉSZÁROS, 2009, p. 219).

burguesia sobre os trabalhadores assalariados. Nesse sentido, consideram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*:

**A sociedade burguesa moderna**, que brotou das ruínas da sociedade feudal, **não aboliu os antagonismos de classe**. Não fez mais do que **estabelecer novas classes**, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado (MARX; ENGELS, 2010, p. 40, grifos nossos).

A sociedade burguesa não eliminou as classes sociais, mas estabeleceu novas relações de classes. Para reproduzir essas relações sociais, fundadas no antagonismo entre capital e trabalho, a classe burguesa, proprietária do capital, converteu-se em uma classe cujo interesse central era o da conservação do modo de produção que estabeleceu, o capitalismo (NETTO; BRAZ, 2007, p. 20). Isso significa que a essência do projeto da burguesia é o de perpetuar a sociedade de classes e a exploração do homem pelo homem. Por isso, a burguesia, ao instaurar o seu domínio econômico-político de classe sobre o proletariado, passou a ser uma classe conservadora, abandonou qualquer perspectiva progressista e atuou para desenvolver os meios que corroboravam para legitimar a lógica do capital. Dentre estes meios, Marx ressalta no *Posfácio da segunda edição de O Capital de 1873*, a produção e disseminação da apologética burguesa, afirmando:

Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. **Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o CAPITAL, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo**, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da APOLOGÉTICA substituíram a investigação científica imparcial (MARX, 2013, p. 86, grifos meus).

Para Marx, a burguesia, ao conquistar o poder e se tornar a classe dominante, ou seja, não mais em luta para chegar ao poder contra a classe dominante do modo de produção anterior (feudal), a dos senhores feudais, mas para manter seu domínio sobre os trabalhadores assalariados, assume outras formas de luta<sup>3</sup>. No que se refere à produção do conhecimento científico, pode-se verificar claramente essa inflexão na luta. Se, no período de autoafirmação, a burguesia necessitava desenvolver o conhecimento de forma “desinteressada” e que contribuísse para modificar radicalmente a sociedade, no período posterior, a produção do conhecimento ou da “verdade” estava submetida aos interesses de reprodução do capital. Por

---

<sup>3</sup> Na história da burguesia, devemos distinguir duas fases: aquela durante a qual a burguesia se constituiu em classe, sob o regime da feudalidade e da monarquia absoluta, e aquela em que, já constituída em classe, derrubou a feudalidade e a monarquia para fazer da sociedade uma sociedade burguesa (MARX, 2009, p. 190).

isso, a classe burguesa não tinha a intenção de trazer a verdade à tona, mas somente as “verdades” que eram úteis e não prejudicavam a ordem do capital. Isso significa que as produções dos conhecimentos científicos “desinteressados”, bem como a sua transmissão no processo educativo, estão subsumidas aos ditames do capital.

Nessa perspectiva, considera István Mészáros:

Em consequência da divisão social do trabalho, **a ciência está de fato alienada (e privada) da determinação social dos objetivos de sua própria atividade**, que ela recebe “pronta”, sob a forma de ditames materiais e objetivos de produção, do órgão reificado de controle do metabolismo social como um todo, ou seja, **do capital** (MÉSZÁROS, 2004, p. 270, grifos nossos).

Desse modo, Marx constata pela análise concreta da sociabilidade do capital, que a economia política burguesa e a ciência burguesa abandonaram “a investigação científica imparcial” e tornaram-se uma apologética do capital e dos interesses da classe burguesa em detrimento da classe trabalhadora. Por isso, em *O Capital: crítica da economia política*, Marx expõe o “movimento real” da forma de produção e reprodução da sociabilidade do capital, desconstruindo as mistificações e naturalizações das explicações burguesas, para colocar à disposição da classe trabalhadora uma compreensão profunda das leis imanentes do modo de produção capitalista, das suas contradições essenciais, da sua transitoriedade e da possibilidade de sua superação pela luta dos trabalhadores.

### **A educação na perspectiva da emancipação do trabalho em *O Capital***

Marx, em sua obra *O Capital*, não expôs só um lado da questão, só a perspectiva do capital, mas apresenta o lado do trabalho, as contradições entre os interesses do trabalho e do capital, da classe trabalhadora e da classe burguesa. Essas classes possuem interesses radicalmente opostos e inconciliáveis e, por isso, ao refletir sobre o conhecimento e particularmente a educação, a partir do ponto de vista da classe trabalhadora em *O Capital*, deve-se ter como pressuposto que a educação será chamada a cumprir com uma função contrária a da hegemônica na atual sociabilidade, que predominantemente corresponde com os interesses da classe burguesa.

Como se constata, aparece claramente na obra de Marx, *O Capital*, a função que a formação/educação institucionaliza (formal/escolar) assume sob a lógica do capital, que é a de contribuir com o processo de valorização do valor (do capital) e com a reprodução das

consequentes relações sociais. A questão fundamental que se impõe e que merece ser investigada, com base no arcabouço categorial, que Marx abstraiu da análise materialista da sociabilidade burguesa (da lógica do capital) e apresentou em sua obra de maturidade, *O Capital*, é a de abstrair dessas categorias, uma concepção de educação ou de atividades educativas na perspectiva da emancipação da classe trabalhadora e, a função que esta desempenharia na luta do trabalho contra o capital e na construção de outra forma de sociabilidade, a comunista.

De acordo com o que aparece, já em seus primeiros textos, como a *Ideologia Alemã*, de 1845, *Miséria da filosofia*, de 1847 e o *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx delinea as contradições fundamentais entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, considerando que essas classes sociais se situam em lados opostos, que possuem objetivos e interesses antagônicos na sociabilidade do capital<sup>4</sup>. A intencionalidade da classe burguesa, é de manter, é de reproduzir as relações produtivas e sociais do capital, a da classe trabalhadora, é de superar, é de transformar a atual sociedade<sup>5</sup> e fundar uma nova, uma sociedade humana, uma sociedade realmente emancipada. Nesse preciso sentido, Marx enfatiza na décima tese *Ad Feuerbach*, de 1845: “*O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade burguesa; o ponto de vista do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada*” (MARX, 2009, p. 126).

Em sua obra *O Capital*, Marx evidencia de forma clara as contradições entre o capital e o trabalho, entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, ou seja, entre os interesses do capital e do trabalho. Marx considera que a elucidação e a compreensão dessa problemática era de fundamental importância para que a classe trabalhadora tivesse êxito na luta contra o capital e na superação dessas relações sociais. Nesse sentido, em *O Capital*, o autor apresentou um novo conhecimento sobre a sociabilidade capitalista, que se opunha radicalmente ao dos teóricos burgueses (dos economistas), que expressavam os interesses da classe burguesa, tendo em vista contribuir com a formação da consciência de classe dos trabalhadores.

Essa preocupação com a formação/educação dos trabalhadores assalariados, mesmo que não consideremos toda a atividade política de Marx e seu envolvimento com as lutas dos trabalhadores, como na fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores<sup>6</sup>, é

---

<sup>4</sup> A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 2010, p. 40-41).

<sup>5</sup> Dentro dessa antítese o proprietário privado (o burguês) é, portanto, o partido conservador, e o proletário o partido destruidor. Daquele parte a ação que visa a manter a antítese, desse a ação de seu aniquilamento (MARX; ENGELS, 2009, p. 48).

<sup>6</sup> **A Associação Internacional dos Trabalhadores** (1864 – 1876) – **a Primeira Internacional** – foi uma federação internacional das organizações da classe trabalhadora de vários países da Europa Central e Ocidental, onde o

evidenciada desde as primeiras páginas de *O Capital*, como se pode verificar no *Posfácio da Segunda Edição* de *O Capital*, na qual Marx saúda a importância de a classe trabalhadora ter acesso (conhecimento de) a sua obra, afirmando: “A acolhida que *O Capital* rapidamente obteve em amplos círculos da classe trabalhadora alemã é a melhor recompensa de meu trabalho” (MARX, 2013, p. 84) e no *Prefácio da Edição Francesa*, em que considera: “Aplaudo vossa ideia de publicar a tradução de *O Capital* em fascículos. Sob essa forma, o livro será mais acessível à classe trabalhadora e, para mim, essa consideração é mais importante do que qualquer outra” (MARX, 2013, p. 93).

Para Marx, o fato de que “amplos círculos da classe trabalhadora alemã” estavam tendo acesso e o conhecimento da sua obra *O Capital* era a melhor recompensa pelos anos de árduo trabalho, no qual despendeu na tarefa de investigação das principais determinações do modo de produção capitalista, porque todo esse esforço havia sido feito em função da luta dos trabalhadores assalariados contra a forma de produção/exploração capitalista e por considerar que essa classe seria o agente principal na construção de uma sociedade socializada. Nessa direção, corrobora o aplauso de Marx a iniciativa do editor francês, Maurice La Châtre, que ao publicar *O Capital* em fascículos, tornava a obra mais acessível aos trabalhadores e era isso que Marx considerava “a coisa mais importante do que qualquer outra”. O autor de *O Capital* queria ser compreendido pelos trabalhadores assalariados, pelos proletários, pois entendia que esses últimos eram os sujeitos principais da luta revolucionária pela superação do capital e na constituição de uma nova forma de produção da vida, fundada no trabalho dos produtores associados, mas, para avançar nessa direção, era necessário terem acesso a uma formação e a um conhecimento que os auxiliassem nesse processo de luta.

O esforço de Marx em contribuir com a produção de um novo conhecimento sobre a forma de reprodução da sociabilidade capitalista e que se destinava à formação/educação da classe trabalhadora para a luta revolucionária contra o capital já é evidente em um texto publicado em 1849 na *Nova Gazeta Renana*<sup>7</sup>: *Trabalho assalariado e capital*, que tem por base as conferências proferidas pelo autor na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas e no qual afirma:

---

movimento operário estava renascendo, na década de 1860, após derrotas de 1848-1849. Embora tenha sido fundada pelos esforços espontâneos dos trabalhadores de Londres e Paris, que manifestavam sua solidariedade com o levante nacional polonês de 1863, Marx (de 1864 a 1872) e Engels (de 1870 a 1872) iriam desempenhar o papel chave em sua liderança (BOTTOMORE, 1988, p. 195, grifos nossos).

<sup>7</sup> *Nova Gazeta Renana*, jornal publicado em Colônia sob a direção de Marx, de primeiro de junho de 1848 a 19 de maio de 1849. Engels fazia parte da redação.

**Vamos procurar fazer uma exposição o mais simples e popular possível**, nem mesmo considerando os mais elementares conceitos da Economia Política. **Queremos que os operários nos compreendam** (MARX, 2010, p. 33, grifos nossos).

No texto *Trabalho assalariado e capital*, assim como em *O Capital*, Marx procurou esclarecer os conceitos fundamentais da economia política aos trabalhadores assalariados. No primeiro texto, Marx ainda estava em um período inicial de suas investigações a respeito da crítica da economia política burguesa e nem todos os conceitos/categorias que desenvolveu e apresentou em *O Capital* estavam claros, como a diferença entre trabalho e força de trabalho. Desde muito cedo, desde a elaboração dos seus primeiros textos até a produção de sua grande obra, *O Capital*, sempre esteve claro para o autor a certeza de que o conhecimento produzido em suas obras deveria ser acessível à classe operária e que os operários pudessem compreendê-las para empreenderem um movimento prático transformador.

Para Marx, o entendimento por parte da classe trabalhadora das principais categorias que foram expostas em *O Capital* era de essencial importância para o êxito da luta dos trabalhadores contra o capital, visto que estas categorias revelavam o movimento interno de reprodução da sociabilidade burguesa. Por isso, o acesso a este conhecimento contribuiria para que os trabalhadores assalariados compreendessem a lei geral e necessária do movimento do capital em seu processo de expansão e para se organizarem como classe trabalhadora no processo de luta contra a exploração da classe burguesa. Nesta direção, no *Capítulo 23* de *O Capital*, sobre a lei geral da acumulação capitalista, Marx considera:

**A lei da acumulação capitalista**, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação **exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista**, sua reprodução em escala sempre ampliada. **E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador.** Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos (MARX, 2013, p. 697, grifos nossos).

Em seu processo de acumulação e de expansão, o capital necessariamente aumenta o grau de exploração da força de trabalho do trabalhador produtivo e em função dessa determinação (dessa lei), o capital exclui qualquer elevação no valor da força de trabalho que possa implicar na diminuição das taxas de lucros ou que possa ameaçar “seriamente a reprodução constante da relação capitalista” em uma escala cada vez mais ampliada. O capital se valoriza na medida em que se apossa do mais-trabalho, do mais-valor e isso ocorre, fundamentalmente, com a exploração da força de trabalho, a única mercadoria que produz o seu valor e gera um mais-valor no processo de produção. Na reprodução em escala ampliada da

relação capitalista de produção, a taxa de extração de mais-valor deve-se intensificar, o que implica o aumento no grau de exploração da força de trabalho. Isso se efetiva, principalmente, por meio da diminuição do trabalho necessário (parte da jornada de trabalho que o trabalhador produz o valor de sua força de trabalho) e pela ampliação do mais-trabalho (parte da jornada de trabalho que o trabalhador produz mais-valor para o capitalista). A forma essencial para diminuir o trabalho necessário, o valor da força de trabalho e aumentar o grau de exploração da força de trabalho e a produção de mais-valor (mais riquezas) ocorre com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho.

Nesse processo produtivo, o trabalhador é reduzido à condição de mercadoria (força de trabalho), pois sua função é a de valorizar os valores existentes. O trabalhador serve, tem utilidade (valor de uso) para o capital (para o capitalista) na medida em que seu trabalho produz mais-valor, que é o objetivo perseguido por todos os capitalistas. Nesta perspectiva de compreensão, o autor Franz Mehring pondera:

A coisa mais importante para o capital não é o processo de trabalho em si, nem a produção de valores de uso, mas o processo de exploração, de produção de valores de troca, durante o qual ele pode extrair um valor maior do que investiu. A demanda por mais-valia não conhece saciedade (MEHRING, 2013, p. 355).

Nesse sentido, o aperfeiçoamento das forças produtivas do trabalho e o aumento na produção de riquezas sob a lógica da produtividade capitalista não se convertem em favor do desenvolvimento dos trabalhadores (em melhores condições de vida e de trabalho), mas pelo contrário, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores pioram, porque as riquezas (o mais-valor) produzidas por estes, se concentram nas mãos dos capitalistas e se convertem em meios para manter a exploração e a dominação do capital sobre o trabalho.

Em *O Capital*, Marx desvenda como esse processo contraditório ocorre na produção capitalista e ressaltou que era de essencial importância que os trabalhadores tivessem o seu conhecimento, pois, a partir deste, poderiam se organizar como classe para lutarem e resistirem às usurpações do capital em seu desejo insaciável por mais-valor. Sobre isso, no Capítulo 23, do Livro I de *O Capital, A lei geral da acumulação capitalista*, Marx discorre:

**Tão logo os trabalhadores desvendam, portanto, o mistério de como é possível que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, de como a força produtiva de seu trabalho pode aumentar ao mesmo tempo que sua função como meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles; tão logo descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende inteiramente da pressão exercida pela superpopulação relativa; tão logo, portanto, procuram organizar, mediante trade's unions etc., uma cooperação planejada entre empregados e o desempregados com o objetivo de eliminar ou amenizar as consequências ruins que aquela lei natural da produção capitalista acarreta para sua classe, o capital e seu sicofanta, o**



economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sagrada” lei da oferta e demanda. Toda solidariedade entre os ocupados e os desocupados perturba, com efeito, a ação “livre” daquela lei. Por outro lado, assim que nas colônias, por exemplo, surgem circunstâncias adversas que impedem a criação do exército industrial de reserva e, com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista, o capital, juntamente com seu Sancho Pança dos lugares-comuns, rebela-se contra a lei “sagrada” da oferta e demanda e tenta dominá-la por meios coercitivos (MARX, 2013, p. 716, grifos nossos).

Os trabalhadores, ao desvendarem a lei da produção capitalista, desvendam o mistério de como se dá a produção e reprodução do capital e entendem que o seu trabalho, subsumido à lógica da produção de mercadorias é reduzido à mera condição de meio de valorização dos valores existentes. Nesta condição, a situação dos trabalhadores se torna cada vez mais precária, visto que para os capitalistas aumentarem a taxa de valorização do capital, necessitam desenvolver as forças produtivas do trabalho, que diminuem o tempo de trabalho necessário para a força de trabalho produzir o seu valor, o que implica no barateamento do valor da força de trabalho (menor salário), no aumento do desemprego e na concorrência entre os próprios trabalhadores<sup>8</sup>. Compreendendo esse mecanismo imanente da lógica da reprodução do capital, os trabalhadores entendem que precisam se organizar como classe trabalhadora para “eliminar ou amenizar” (MARX, 2013, p. 716) as suas consequências.

Uma das primeiras formas de organização dos trabalhadores para lutarem contra os efeitos ou para tentarem pôr um freio na voracidade dos capitalistas em ampliarem a taxa de extração de mais-valor foi a de formar coalizões<sup>9</sup> e de se associarem nas “trade’s unions”<sup>10</sup> (primeiros sindicatos), nas quais os trabalhadores procuravam defender os seus salários e conquistar melhores condições de trabalho, como a redução da jornada de trabalho. Em relação à organização de coalizões entre os trabalhadores, Marx na obra, *Miséria da filosofia*, considera:

**A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista.** Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. Isso é tão verdadeiro que os economistas ingleses assombram-se ao ver que os operários sacrificam boa parte do seu salário em defesa das associações que, aos olhos desses economistas, só existem em defesa do salário. Nessa luta – verdadeira guerra civil -, **reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma**

<sup>8</sup> [...] quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre seus meios de ocupação, e tanto mais precária, portanto, a condição de existência do assalariado, que consiste na venda da própria força com vistas ao aumento da riqueza alheia ou à autovalorização do capital (MARX, 2013, p. 720).

<sup>9</sup> Os primeiros ensaios dos trabalhadores para se associarem entre si sempre se verificaram sob a forma de coalizões (MARX, 2009, p. 189).

<sup>10</sup> Na Inglaterra, não se ficou nas coalizões parciais, que só objetivavam uma greve passageira e desaparecia com ela. Formaram-se coalizões permanentes, trade-unions que servem de baluarte aos operários em suas lutas contra os patrões (MARX, 2009, p. 189).

**batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire uma caráter político** (MARX, 2009, p. 190, grifos nossos).

A coalizão organizada entre os trabalhadores assalariados se funda no conhecimento e reconhecimento como classe trabalhadora e no seu antagonismo inconciliável com a classe burguesa. A partir disto, os trabalhadores buscaram se associar para suprimir a concorrência entre eles e para lutar como classe contra a exploração da classe burguesa<sup>11</sup>. Marx, assim como Engels, considerava que a luta da classe trabalhadora podia evoluir e ganhar um cunho radical (revolucionário), na medida em que ampliasse o conhecimento e a consciência sobre o modo de funcionamento da sociabilidade capitalista e com esse evoluir poderia, inclusive, pautar em sua luta a própria supressão das relações de produção capitalista, fato que se constituiria em uma ameaça à ordem burguesa. Nessa direção, Marx e Engels, em *A sagrada família*, afirmam:

**É certo que os trabalhadores ingleses e franceses formaram associações nas quais não são apenas suas necessidades imediatas enquanto trabalhadores, mas também suas necessidades enquanto homens as que formam o objeto de seus mútuos ensinamentos e nas quais se exterioriza, ademais, uma consciência bastante ampla e cuidadosa sobre a força “monstruosa” e “imensurável” que nasce de sua cooperação.** Mas esses trabalhadores massivos e comunistas, que atuam nos ateliers (oficinas) de Manchester e Lyon, por exemplo, não crêem que possam eliminar, mediante o “pensamento puro”, os seus senhores industriais e a sua própria humilhação prática. **Eles sentem de modo bem doloroso a diferença entre ser e pensar, entre consciência e vida. Eles sabem que a propriedade, o capital, dinheiro, salário e coisas do tipo não são, de nenhuma maneira, quimeras ideais de seu cérebro, mas criações deveras práticas e objetivas de sua própria auto-alienação, e que portanto só podem e devem ser superadas de uma maneira também prática e objetiva** (MARX; ENGELS, 2009, p. 65-66, grifos nossos).

---

<sup>11</sup> [...] essas associações e as greves que elas organizavam adquirem uma importância específica na escala em que representam a primeira tentativa operária para suprimir a concorrência – o que pressupõe a consciência de que o poder da burguesia se apoia unicamente na concorrência entre os operários, isto é, na divisão do proletariado, na recíproca contraposição dos interesses dos operários tomados como indivíduos. As associações, ainda que de modo unilateral e limitado, confrontam-se diretamente com a concorrência, nervo vital da ordem social vigente, e por isso constituem uma grave ameaça a essa ordem. Esse é o ponto mais nevrálgico que o operário poderia encontrar para dirigir seus ataques à burguesia e à inteira estrutura da sociedade. Uma vez suprimida a concorrência entre os operários, uma vez que todos decidam a não mais deixar-se explorar pela burguesia, o reino da propriedade chegará ao fim. O salário depende da relação entre demanda e oferta, da conjuntura do mercado de trabalho, porque, até hoje, os operários deixaram-se tratar como coisas que se podem comprar e vender; quando decidirem não mais se deixar comprar e vender, quando se afirmarem como homens na determinação do valor efetivo do trabalho, quando demonstrarem que, além de força de trabalho, eles dispõem também de vontade, então toda a economia política moderna e as suas leis que regem o salário haverão de desaparecer. É claro que, se os operários se contentassem em apenas abolir a concorrência entre si, as leis que regem o salário voltariam a impor-se novamente; se se contentassem com isso, trairiam seu movimento atual e a mútua concorrência retornaria – por isso, não se contentarão. A necessidade os compele a destruir não uma parte da concorrência, mas a concorrência em geral, e é isso que farão (ENGELS, 2010, p. 253).

Os trabalhadores assalariados com o conhecimento de que a sua situação é produto, é resultado das próprias relações de produção atual e de sua própria auto alienação, compreendem que ela pode ser mudada, mas não no pensamento, mas de uma maneira prática, ou seja, por meio de sua ação concreta. Com esse ensejo, os trabalhadores começam a formar associações, coalizões, que não se limitam a reivindicar as necessidades do estômago, mas as necessidades de se reproduzirem como homens. Essa elevação nos objetivos da luta dos trabalhadores não decorre diretamente ou espontaneamente de sua condição, nem somente a partir do lugar em que ocupam no processo produtivo na sociedade atual, mas da consciência (do conhecimento) que os trabalhadores adquirem, de que a sua condição só será modificada, se eles modificarem as condições materiais que limitam a sua existência (o seu ser) as necessidades do estômago ou limitam a sua existência a condição de se reproduzirem apenas como força de trabalho. Nesse sentido, Marx e Engels, em *A sagrada família*, acrescentam:

**Mas ele não pode libertar-se a si mesmo sem supra-sumir suas próprias condições de vida.** Ele não pode supra-sumir suas próprias condições de vida **sem supra-sumir todas as condições de vida desumana da sociedade atual**, que se resumem em sua própria situação. Não é por acaso que ele passa pela escola do trabalho, que é dura mas forja resistência. Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode imaginar de quando em vez como sua meta. Trata-se do que o proletariado é e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com seu ser. **Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente determinadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual.** E nem sequer é necessário deter-se aqui a expor como grande parte do proletariado inglês e francês **já está consciente de sua missão histórica e trabalha com constância no sentido de elevar essa consciência à clareza completa** (MARX; ENGELS, 2009, p. 49, grifos nossos).

Para Marx e Engels, a práxis revolucionária da classe trabalhadora decorre da elevação de sua consciência, da clareza, do conhecimento que adquire de que a sua condição é inerente à lógica do capital e que só poderá ser efetivamente modificada com a superação do modo de produção capitalista. É nesse contexto que a luta da classe trabalhadora se tornava ameaçadora a ordem burguesa (à burguesia, ao capital), na medida em que parte significativa de suas organizações começavam a fazer uma luta política classista contra o próprio capital (contra o poder da burguesia) e pela emancipação real do trabalho<sup>12</sup>.

A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe mais ainda não o é para si mesma. Na luta, [...] essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 2009, p. 190).

---

<sup>12</sup> UM ESPECTRO ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa Santa Aliança para conjurá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha (MARX, ENGELS, 2010, p. 39).

Em face disso, a classe burguesa se articulava e agia para impedir que os trabalhadores se organizassem em associações, como as *trade unions* (sindicatos), pois temia que os trabalhadores pudessem seguir o seu próprio exemplo e organizassem uma luta política com o objetivo de destruir este modo de produção, o capitalista, e instaurar um novo, o comunista<sup>13</sup>. Foi nesse contexto, que se aprovaram leis trabalhistas que proibiam e criminalizavam as coalizões e as organizações dos trabalhadores em favorecimento aos interesses da dominação da classe burguesa. As leis sobre o trabalho assalariado, segundo Marx, desde sua origem servem para legitimar a exploração da classe trabalhadora. Por isso, as leis anticoalizes somente foram revogadas parcialmente em 1824/1825 por conta da luta do proletariado ter se tornado ameaçadora à ordem burguesa (MARX, 2013, p. 811). Sobre a revogação da lei anticoalizio e a conquista do direito de formar associações (*trade unions*), Engels, na obra *A situaçao da classe trabalhadora na Inglaterra* destaca:

Quando, em 1824, os operários obtiveram o direito à livre associaçao, essas sociedades rapidamente se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes. **Em todos os ramos de trabalho constituíram-se organizaçoes** semelhantes (*trade unions*), com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia. **Eram suas finalidades fixar o salário, negociar en masse** (coletivamente), como força, com os patrões, regular os salários em relaçaõ aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo de trabalho; por isso, **trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial** a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não a respeitassem. Ademais, outras finalidades eram: **manter o nível de procura do trabalho**, limitando o emprego de aprendizes e, assim, os estratagemas patronais utilizados para reduzir salários mediante a utilizaçao de novas máquinas e instrumentos de trabalho etc.; e, enfim, ajudar financeiramente os operários desempregados (ENGELS, 2010, p. 250, grifos nossos).

A conquista ao direito de livre associaçao e de criaçao de diversas *trade unions* (sindicatos) em diversos ramos de trabalho teve como consequência a fragmentaçao da luta dos trabalhadores (por categorias) e a limitaçao do seu horizonte nos marcos da sociedade burguesa, pois tiveram que se submeter às regras do “direito burguês”, tendo como condiçao a preservaçao do direito de propriedade privada dos meios de produçao (EDELMAN, 2016, p. 22). Engels e Marx exaltaram a força que essas organizaçoes possuíam para defender e representar os trabalhadores frente à “tirania” e à exploraçao destes por seus patrões (a burguesia). Entretanto, as *trade unions* (os sindicatos) passaram a fazer quase que, exclusivamente, uma luta defensiva e para atenuar as consequências da relaçaõ capitalista de produçao sobre os trabalhadores, tendo

---

<sup>13</sup> A burguesia tinha a noçao correta de que todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formaçao que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilizaçao, que todos os deuses que ela havia criado apostaram dela (MARX, 2011, p. 80).

como norte principal a negociação dos salários dos trabalhadores com a burguesia. Desse modo, essas instituições passaram a desempenhar um papel conservador, pois direcionavam e educavam a classe trabalhadora a lutar contra os efeitos da lógica do capital e não contra a própria lógica do capital.

Marx critica duramente esse posicionamento das *trade unions* (dos sindicatos), considerando-o em grande medida como resultado da incompreensão que essas instituições e suas lideranças possuíam em relação à forma de como o capital se reproduz. Nesse sentido, no relatório do Conselho Geral da Primeira Internacional, em junho de 1865, intitulado, *Salário, preço e lucro*, Marx assevera:

[...] a tendência geral da produção capitalista não é elevar o nível médio do salário, mas, ao contrário, diminuí-lo, baixando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo. Porém, sendo essa a tendência das coisas neste sistema, isso quer dizer que a classe operária deva renunciar a se defender dos abusos do capital e deva abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que surgirem de melhorar em parte a sua situação? Se assim proceder, será transformada numa massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. [...] a classe operária não deve exagerar, a seus próprios olhos, o resultado final dessas lutas diárias. Não deve se esquecer de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que luta para retardar o movimento descendente, mas não para mudar sua direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. [...] Em vez do motto [mote – italiano] conservador: “*Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!*”, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “*Abolição do sistema de trabalho assalariado!*” (MARX, 2010, p. 140-141).

Marx combate à compreensão teórico-prática das *trade unions* que fazem da luta econômica (luta por melhores salários) o objetivo final da luta dos operários. Em contraposição a essa perspectiva conservadora (um salário justo, uma jornada de trabalho justa), Marx procura esclarecer e educar os trabalhadores e suas organizações que a luta por melhores salários e por melhores condições de trabalho são importantes e que devem ser feitas para que a situação da classe trabalhadora não seja rebaixada a “uma massa de homens famintos”, porém, deve-se ter claro que essas lutas são paliativas e contra os efeitos da ordem do capital e, portanto, têm que estarem subordinadas ao objetivo revolucionário: o fim do sistema de trabalho assalariado, ou seja, à luta pela superação do capital, da propriedade privada e pela organização de uma nova forma de sociedade, a comunista. Neste mesmo relatório e em consonância com as categorias que foram expostas em *O Capital*, Marx acrescenta:

Os sindicatos trabalham bem como centros de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os

efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para transformá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição do sistema de trabalho assalariado (MARX, 2010, p. 141).

Marx, assim com Engels, enfatizam que os sindicatos (*trade unions*) são eficientes na organização dos trabalhadores para lutarem contra “as usurpações do capital”, contra os seus efeitos, mas erram gravemente por não usarem “inteligentemente” a força que as suas organizações possuem para educar a classe trabalhadora na luta pela transformação radical da sociedade existente (capitalista). Nesta direção crítica, Marx, *nas Resoluções do Congresso de Genebra*, asseverou:

**Concentrados com demasiada exclusividade nas lutas locais e imediatas contra o capital, os sindicatos ainda não entenderam plenamente seu poder de ação contra o sistema de escravidão assalariada.** Por essa razão, mantiveram-se demasiadamente distantes dos movimentos sociais e políticos em geral. Nos últimos tempos, no entanto, eles parecem começar a adquirir alguma noção de sua grande missão histórica (MARX, 2014, p. 106, grifos nossos).

Marx entende que as organizações dos trabalhadores devem fazer a articulação entre a luta econômica (luta por salários, etc.) e a luta política revolucionária (superação do sistema assalariado, da propriedade privada)<sup>14</sup>. Considera que a primeira forma de luta deve estar submetida à segunda. A primeira é uma luta conjuntural, contra os efeitos produzidos pela sociedade capitalista, a segunda é estrutural, é contra a própria ordem capitalista, é a luta da classe proletária contra a exploração burguesa, é a luta do trabalho contra o capital e pela emancipação real do trabalho. Deste modo, está presente na crítica que Marx realiza à atuação das *trade unions* (dos sindicatos) a sua concepção teórica e formativa, segundo a qual, os trabalhadores devem ser esclarecidos e educados para entenderem que as contradições produzidas pela sociabilidade capitalista, como o seu empobrecimento crescente e o enriquecimento de uma minoria, a classe burguesa, só serão superadas com a luta da classe trabalhadora contra a classe burguesa, proprietária do capital. No texto *Miséria da Filosofia*, Marx esclarece esse processo de luta com os seguintes termos:

**A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe [...].** A classe laboriosa substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil **por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo**, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil. **Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e**

---

<sup>14</sup> Para além de seus propósitos originais, eles [os sindicatos] devem agora aprender a agir deliberadamente como centros organizadores da classe operária no interesse mais amplo de sua *emancipação total*. Devem auxiliar todo movimento social e político que aponte nessa direção. [...] Devem convencer o mundo inteiro de que seus esforços, longe de serem estreitos e egoístas, visam à emancipação dos milhões de oprimidos (MARX, 2014, p. 107).

**a burguesia é uma luta de uma classe contra a outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total** (MARX, 2009, p. 191, grifos nossos).

Para Marx, a libertação real da classe produtora (laboriosa) só é possível com a “abolição de todas as classes”, com a abolição de toda a forma de exploração do homem pelo homem. Entretanto, isso só será alcançado com a luta política do proletariado contra a burguesia, proprietária privada dos meios de produção e de subsistência (do capital). Nessa luta, o proletariado tem que perseguir o objetivo de expropriar a propriedade capitalista e torná-la propriedade social (MARX, 2013, p. 833), visto que a propriedade privada é a base de sustentação da sociedade de classes, da exploração de uma classe por outra (do proletariado pela burguesia), e do correspondente poder político (do Estado). Em mensagem à *Liga dos Comunistas*, em 1850, Marx e Engels deixam claro que os trabalhadores tinham que ser educados/formados em uma perspectiva revolucionária, ou seja, para lutarem por uma nova forma de sociedade.

Para nós, **não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la**; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; **não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova** (MARX, p. 86, grifos nossos).

Marx e Engels compreendem que o capital só se reproduz por meio da exploração do trabalho, ou seja, sugando trabalho vivo, se apossando de trabalho não pago, extraindo mais-valor. Essa é a determinação essencial do capital e este não pode deixar de intensificar o processo de exploração dos trabalhadores sem deixar de ser capital. Isso significa que o capital (o capitalista) ao perseguir necessariamente esse objetivo (valorizar o valor), não melhora a sociedade existente, não melhora a situação dos trabalhadores, mas aperfeiçoa as próprias condições de manutenção e reprodução de domínio do capital (da classe burguesa). Nesse sentido, o trabalho (os trabalhadores assalariados) não pode ser iludido ou convencido a ter como o objetivo final de luta a reforma das relações de produção capitalistas, visto que, por sua própria natureza, estas relações não podem ser reformadas, mas abolidas e transformadas com a luta dos trabalhadores, em novas relações sociais.

Na busca em se reproduzir em escala ampliada, o capital tem que aumentar o grau de exploração do trabalho para ampliar a extração de mais-valor e não há como isso ser mudado. Para isso, é forçado a desenvolver as forças produtivas do trabalho, que contribuem para diminuir o trabalho necessário (parte da jornada de trabalho em que o trabalhador tem que trabalhar para produzir o valor de sua força de trabalho: os meios de subsistência) e aumentar o mais-trabalho (parte da jornada de trabalho em que o trabalhador trabalha para valorizar o

capital). Essa é a lógica de expansão do capital que, forçosamente, desenvolve a força produtiva do trabalho para se apropriar de mais-trabalho (mais-valor) para se reproduzir. Esse desenvolvimento não melhora as condições de vida do trabalhador, visto não ser esta a sua finalidade sob a lógica do capital, mas ao promover o aumento extraordinário da força produtiva do trabalho, com a introdução sistemática de maquinaria (tecnologia) produz indiretamente as condições reais para se estruturar a sociedade de uma maneira totalmente diferente, ou seja, produz as condições materiais para a emancipação do trabalho em relação ao capital. Sobre isso, Marx, em os *Grundrisse* de 1857-1858, considera:

**O capital só emprega a máquina** [...] na medida em que ela capacita o trabalhador a trabalhar uma parte maior do seu tempo para o capital, a se relacionar uma parte maior do seu tempo como não pertencente a ele, a trabalhar mais tempo para o outro. Na verdade, **por meio desse processo o quantum de trabalho necessário para a produção de um certo objeto é reduzido a um mínimo**, mas só para que, com isso, um máximo de trabalho seja valorizado em um máximo de tais objetos. O primeiro aspecto é importante, porque **o capital** aqui – de forma inteiramente involuntária – **reduz o trabalho humano, o dispêndio de energia, a um mínimo. Isso beneficiará o trabalho emancipado e é a condição de sua emancipação** (MARX, 2011, p. 585, grifos nossos).

Com o desenvolvimento das forças produtivas (da produção) sob a lógica do capital, se tornou possível reduzir a um mínimo o tempo do trabalho necessário e continuar produzindo muito, ou seja, pode-se produzir muito, a abundância com um mínimo de tempo, com um mínimo de dispêndio de energia humana. Isso significa concretamente, que o capital, em sua lógica insaciável por sua própria valorização, criou as condições reais para que seja reduzida significativamente a parte da jornada de trabalho necessário para a produção material e que os homens disponham de tempo livre para não trabalharem e desenvolverem outras atividades. Entretanto, o capital (a burguesia) impede que isso seja realizado, pois o seu objetivo não é dispor tempo livre para o trabalho, para o trabalhador, mas fazer que com que este trabalhe a maior parte do tempo possível de forma gratuita, ou seja, produzindo mais-valor. Neste preciso sentido, Marx argumenta no capítulo quinze do Livro I de *O Capital*, Variação de grandeza do preço da força de trabalho e do mais valor:

Dadas a intensidade e a força produtiva do trabalho, a parte da jornada social de trabalho necessária para a produção material será tanto mais curta e, portanto, tanto mais longa a parcela de tempo disponível para a livre atividade intelectual e social dos indivíduos quanto mais equitativamente o trabalho for distribuído entre todos os membros capazes da sociedade e quanto menos uma camada social puder esquivar-se da necessidade natural do trabalho, lançando-a sobre os ombros de outra camada. O limite absoluto para a redução da jornada de trabalho é, nesse sentido, a generalização do trabalho. **Na sociedade capitalista, produz-se tempo livre para uma classe transformando todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho** (MARX, 2013, p. 597, grifos nossos).



Na sociabilidade capitalista, o tempo de trabalho necessário é reduzido como o aumento da força produtiva do trabalho, não para que os trabalhadores tenham tempo livre (tempo disponível para eles), mas para aumentar o trabalho excedente (parte da jornada de trabalho em que continuam trabalhando para produzirem mais-valor) para os burgueses. Deste modo, a redução do trabalho necessário subsumido ao processo de produção capitalista cria riqueza e tempo livre para poucas pessoas (para a classe burguesa), tornando o tempo de vida da imensa maioria das pessoas (dos trabalhadores) em tempo de trabalho. Marx, em seus *Esboços da economia política* (os *Grundrisse*) de 1857-1858 coloca esta questão da seguinte maneira:

**A criação de muito tempo disponível para além do tempo necessário de trabalho, para a sociedade como um todo e para cada membro dela (i.e., espaço para o desenvolvimento das forças produtivas plenas do indivíduo singular, logo também da sociedade), essa criação de não tempo de trabalho aparece, da perspectiva do capital, assim como de todos os estágios anteriores, como não tempo de trabalho, tempo livre para alguns indivíduos. O capital dá seu aporte aumentando o tempo de trabalho excedente da massa por todos os meios da arte e da ciência, porque a sua riqueza consiste diretamente na apropriação de tempo de trabalho excedente; uma vez que sua finalidade é diretamente o valor, não o valor de uso. Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para o seu desenvolvimento. Todavia, sua tendência é sempre, por um lado, de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente. [...] Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente. Tendo-o feito – e com isso o tempo disponível deixa de ter uma existência contraditória -, então, por um lado, o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro, o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, cresce o tempo disponível de todos. Pois a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Neste caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o tempo disponível. O tempo de trabalho como medida da riqueza põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre a pobreza e o tempo disponível como tempo existente apenas na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho (MARX, 2011, p. 590-591, grifos nossos).**

Marx deixa claro em *O Capital*, que o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho na sociedade capitalista visa reduzir o trabalho necessário para se apropriar de mais trabalho excedente e não para criar tempo disponível para o trabalhador. O capital só se reproduz pela apropriação de trabalho excedente e o seu objetivo é sempre ampliar o máximo possível o tempo de trabalho excedente, forma pela qual a classe burguesa valoriza o valor. Entretanto, Marx também esclarece que, “a despeito” dessa finalidade essencial do capital, o desenvolvimento das forças produtivas (da produtividade do trabalho) cria as condições

materiais para a “redução do tempo de trabalho de toda a sociedade” e tempo disponível (tempo livre) para a realização de outras atividades para além da atividade de trabalho.

Como aspiração incansável pela forma universal de riqueza, o capital impele o trabalho para além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade, que é tão universal em sua produção quanto em seu consumo, e cujo o trabalho, em virtude disso, também não aparece mais como trabalho, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade, na qual desapareceu a necessidade natural em sua forma imediata; porque uma necessidade historicamente produzida tomou o lugar da necessidade natural. Por isso o capital é produtivo; i.e., uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontra um limite no próprio capital (MARX, 2011, p. 256).

O capital cria as condições para a redução do tempo de trabalho (para o tempo disponível), mas a sua realização não se dará de forma automática ou mecânica, visto não ser esse o objetivo do capital (da classe burguesa). A lógica do capital é reduzir o tempo de trabalho necessário para se apropriar de mais trabalho excedente. Do próprio capital (da classe burguesa) não pode surgir outra coisa que não seja mais capital e mais dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora. Por isso, Marx afirma que essa mudança deve ser obra da ação da classe trabalhadora (do proletário), que em luta contra o capital (contra a classe burguesa) se aproprie dos meios de produção, substitua o trabalho assalariado pelo trabalho associado<sup>15</sup> e converta o tempo de trabalho excedente em tempo disponível (tempo livre).

Para tal, a classe trabalhadora deve ser formada/educada para compreender/conhecer a lógica imanente de reprodução do capital, visto que para Marx, este conhecimento era fundamental para a classe não ficar lutando somente contra os efeitos do capital (salários baixos, desemprego crescente, etc.), mas para superar as próprias relações de produção da sociedade capitalista, pois são estas que degradam e precarizam as condições de vida dos trabalhadores ao submeterem as suas existências em função das necessidades de valorização do capital e ao reduzirem o tempo de vida dos trabalhadores ao tempo de trabalho. A compreensão de que, sob o capital, a vida estará confinada ao trabalho (ao trabalho assalariado, ao trabalho explorado) e ao viver para trabalhar e para suprir as necessidades impostas pelo capital, era de essencial

---

<sup>15</sup> O trabalho associado é uma forma de trabalho em que os indivíduos põem em comum as suas forças e o resultado deste esforço coletivo é distribuído para todos, de acordo com as necessidades de cada um. Para além de qualquer outra marca, esta forma de trabalho tem como característica essencial o *controle consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de produção*. Deste modo, são os homens que regem o processo de produção e não os produtos, transformados em mercadoria pela compra-e-venda da força de trabalho, que dominam a vida humana. É evidente que esta forma de trabalho é muito mais humanamente digna porque neste caso são os próprios homens que decidem como, o que e de que forma será realizada a produção. Sob esta forma, então, o trabalho terá adquirido a sua forma mais digna, humana e livre possível. E é por isso mesmo que ele poderá ser a base de uma forma de sociabilidade onde os homens poderão ser não apenas formalmente, mas realmente livres e iguais (TONET, 2012, p. 25).

importância para que os trabalhadores tomassem consciência de que deveriam lutar por outra forma de sociedade, na qual a vida não se reduzisse ao trabalho (ao reino da necessidade) e na qual eles mesmos (os trabalhadores associados) organizassem a produção para suprir as suas necessidades e pudessem ter tempo disponível para o não trabalho (reino da liberdade) e para o desenvolvimento de uma rica individualidade. Nesse sentido, no capítulo quarenta e oito, do Livro III de *O Capital*, A fórmula trinitária, Marx afirma:

A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução depende não da duração do trabalho excedente e sim da produtividade deste e do grau de eficiência das condições de produção em que se efetua. De fato, **o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita.** O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. **A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho** (MARX, 2008, p 1084 – 1085, grifos nossos).

Na sociedade capitalista, o desenvolvimento humano, a formação dos trabalhadores é determinada e circunscrita de acordo com as necessidades de reprodução capital. Desse modo, nesta forma de sociabilidade não há espaço para o pleno desenvolvimento humano como “um fim em si mesmo”, pois este é tido apenas como meio para a valorização do capital. Por mais que a força produtiva do trabalho cresça e se amplie, enormemente, e que a redução da jornada de trabalho dos trabalhadores seja possibilidade real para que estes possam ter tempo disponível (tempo livre) para outras atividades humanas, isso não pode se objetivar sob o regime capitalista, porque a finalidade do capital em desenvolver a força produtiva do trabalho é para se apropriar de mais-trabalho excedente (de mais-valor).

É por isso que em *O Capital*, Marx se esforça para elucidar a lógica imanente de reprodução do capital, tendo como destinatários principais os trabalhadores assalariados produtivos, os proletários, pois estes, com o seu trabalho, produzem a riqueza de toda a sociedade burguesa e são privados de ter acesso a essa riqueza que é resultado do seu próprio trabalho. Para Marx, era fundamental que os trabalhadores tivessem conhecimento desse

processo, pois entendia que a partir deste, podiam, de fato, organizar um movimento de luta, não apenas para reformar o capital, mas transformar radicalmente essa forma de sociedade.

### **Considerações finais**

Portanto, a partir da análise da obra *O Capital* de Marx, das suas categorias essenciais, pode-se considerar que o autor não só critica a concepção de formação/educação hegemônica na sociabilidade burguesa, que tem como função principal a de preparar os trabalhadores assalariados (formar força de trabalho) para suprirem as necessidades de reprodução do capital e para reconhecerem essas relações como se fossem “naturais” e imutáveis, mas também, delineia as linhas essenciais de uma formação/educação na perspectiva da emancipação do trabalho (dos trabalhadores), que tem como função fundamental a de transmitir um conhecimento radical sobre a realidade social (das relações sociais burguesas), entendendo-a como transitória (histórica) e que podem ser superada pela luta da classe trabalhadora por uma nova forma de sociedade, a comunista, na qual, não existirá a exploração do homem pelo homem e que todos os seres humanos poderão desenvolver todas as suas potencialidades.

### **Referências**

- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **As três fontes**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s.d.

MARX, Karl. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Resoluções do Congresso de Genebra (1866). In: MUSTO, Marcello. (org.). **Trabalhadores, Uni-vos!**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. Sobre a educação na sociedade moderna. In: MUSTO, Marcello. (org.). **Trabalhadores, Uni-vos!**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família** ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MEHRING, Franz. **Karl Marx**: a história de sua vida. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013